

Ditadores militares nas ruas de Vilhena (RO): história e memórias na constituição dos espaços públicos

Military dictators in Vilhena (RO) streets: history and memories in the formation of public spaces

Allysson Viana Martins

Universidade Federal de Rondônia
Rondônia, RO, Brasil

Khauane Oliveira Farias

Universidade Federal de Rondônia
Rondônia, RO, Brasil

Resumo

As cidades carregam marcas temporais que revelam aspectos históricos e memoriais de sua existência, na mesma medida em que escondem outros. O objetivo deste artigo é avaliar as memórias dos moradores das ruas que homenageiam os ditadores militares em Vilhena, interior de Rondônia, a saber: Castelo Branco, Costa e Silva e Presidente Médici. Por meio de entrevistas estruturadas com metade dos habitantes desses espaços, observa-se um desconhecimento da maior parte deles, mesmo daqueles que não gostariam de alterar o nome daquele lugar, por serem acostumadas com a sua nomenclatura, por não compreender a importância da alteração ou mesmo por desconhecer o trâmite desse processo. Ainda assim, o conhecimento sobre os ditadores e o período em que governaram não revela, necessariamente, interesse na mudança.

Abstract

The cities conserve spatial and temporal logics that reflect their historical and memorial marks, to the same extent that they hide others. The objective of this article is to evaluate the memories of the residents of the streets who honor the military dictators in Vilhena, country city of Rondônia, namely: Castelo Branco, Costa e Silva and Presidente Médici. Through structured interviews with half the inhabitants of these streets, we noticed an ignorance of most of them, even of those who don't want to change the name of that streets, because they are accustomed to its nomenclature, they don't understand the importance of the alteration or they don't know this process. Even so, knowing about the dictators and the period in which they governed doesn't necessarily reveal an interest in change.

Palavras-chave

Memória; Ditadura Militar; Ditadores; Vilhena; Ruas..

Keywords

Memory; military dictatorship; dictators; Vilhena; streets.

Introdução

A historiografia do golpe civil-militar de 1964 desperta questionamentos, sobretudo, após os avanços sociais que proporcionaram visibilidade a quem foi um dia calado, levando escuta e representatividade às vítimas da recém-instaurada ditadura militar. Com o país assombrado pelo temor do comunismo, as forças armadas não criaram condições para o golpe sozinhos, mas com setores conservadores da sociedade, como políticos, grupos agrários, empresários, profissionais da mídia, igreja católica e até o governo estadunidense.

Os EUA contribuíram financeiramente, através do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), além do apoio armístico, não necessário. O cenário político que antecipou o golpe é apresentado como à beira do colapso, com o presidente pressionado pelos militares e sem apoio da população, devido a uma inventiva proximidade com o comunismo, graças às suas propostas reformistas, intensificadas em março de 1964, poucos dias antes do golpe (FERREIRA, 2003; FICO, 2004). A trajetória percorrida por João Goulart é utilizada como justificativa para a sua derubada. Após a renúncia repentina de Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961, que ansiava o apoio da população para sua continuidade no poder, o que não houve, o vice-presidente quase não conseguiu assumir por causa dos militares. Em uma viagem diplomática à China, teve dificuldades até para retornar ao país, quando o governador do Rio Grande do Sul e seu cunhado, Leonel Brizola, o auxiliou.

Mesmo no país, a posse do presidente ocorreu apenas com a limitação dos seus poderes, quando, no dia 2 de setembro de 1961, foi instaurado o parlamentarismo, com Goulart assumindo a presidência em 7 de setembro de 1961. Em 1963, um plebiscito restaurou o presidencialismo, demonstrando a força e aceitação de Jango, algo que não se manteria no início do ano seguinte. A proximidade com Brizola e com membros mais à esquerda do partido

afetou negativamente a imagem do presidente; “seu radicalismo, sua intolerância, seu sectarismo e sua pregação revolucionária teriam minado a autoridade do presidente e aberto caminho para sua deposição” (FERREIRA, 2003, p. 356).

Durante a tarde de 31 de março de 1964, Jango foi informado da movimentação da tropa de Olímpio Mourão Filho com o auxílio do governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, mas o presidente preferiu não reagir às investidas a fim de evitar uma guerra civil. No dia seguinte, o golpe foi efetivado e a ditadura militar foi instaurada. Uma Junta Militar comandou interinamente o país, antes da nomeação de Castelo Branco como presidente no dia 15 de abril de 1964, com a promessa de um breve governo de transição. Os militares, no entanto, permaneceram ilegitimamente no poder por mais de duas décadas, de 1964 a 1985, quando criaram uma nova Constituição Federal, fecharam o Congresso Nacional, promulgaram Atos Institucionais, cassaram direitos políticos e civis, elegeram indiretamente políticos, censuraram produtos culturais e jornalísticos, exilaram, torturaram e assassinaram.

O primeiro presidente, Castelo Branco, morreu em um acidente aéreo em 18 de julho de 1967, com o seu inquérito de investigação questionado até hoje. Costa e Silva foi empossado em 15 de março 1967, momento em que entrava em vigor a constituição de 1967. Já ocorriam protestos contra a ditadura por todo o país, desde a instauração do golpe em 1964, mas as manifestações cresciam cada vez mais, levando estudantes e trabalhadores às ruas, e operários entrando em greve, parando fábricas. Em meados de agosto de 1964, Costa e Silva adoeceu, o poder foi assumido pelos ministros militares, com o auxílio do AI 2, em 1 de setembro de 1969. A repressão foi fortalecida quando a presidência foi assumida por Emílio Garrastazu Médici em 30 de outubro deste ano, interligando a vigilância e as informações do regime e implementado o sistema de espionagem que subdividia o país em seis zonas, de acordo com as suas regiões.

O município de Vilhena, no interior de Rondônia, foi fundado em 1977 durante o governo de Ernesto Geisel. O seu desenvolvimento aconteceu devido à sua posição estratégica na região, com aproximadamente 700 km de distância das capitais Porto Velho e Cuiabá, e ao auxílio na construção da BR-364. A cidade possui praticamente 100 mil habitantes, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2018. A região se beneficiou, também durante o governo militar, com o fluxo migratório, graças às estratégias para a ocupação realizada pelos militares, que desenvolveram o slogan “Integrar para não entregar”.

A ideia era trazer para o Norte do país famílias de todas as outras regiões, em especial do Sul e do Centro-Oeste, para o trabalho com a terra. Por ter sido projetada durante a ditadura militar, Vilhena carrega marcas e homenagem a figuras que contribuíram com aquele período, como as ruas Castelo Branco, Presidente Médici e Costa e Silva, além da Escola Municipal de Ensino Fundamental Castelo Branco. Em Rondônia, existe ainda uma cidade nomeada como Presidente Médici.

No Brasil, os principais personagens da ditadura militar ganham espaço em homenagens nos espaços públicos, como ruas, escolas, monumentos e pontes (RODRIGUES, 2014; MARTINS; MIGOWSKI, 2016). A rememoração desse período histórico, todavia, oferece escuta aos que foram calados durante muitos anos, com as efemérides de 40 e 50 anos do golpe de 1964 ou com a Comissão Nacional da Verdade. Instituída pela Lei Nº 12528, em 16 de maio de 2012, no governo da presidenta Dilma Rousseff – militante no período da ditadura e vítima de tortura dos militares –, a intenção era investigar a violação dos direitos humanos ocorridos entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, com especial atenção ao período da ditadura militar, os vinte anos mais sombrios da história recente do país.

Este trabalho avalia as memórias – através de entrevistas sobre o conhecimento acerca do homenageado na rua em que mora, uma possível altera-

ção do nome e o período de vivência naquele lugar – de metade dos moradores das ruas Castelo Branco, Costa e Silva e Presidente Médici, tensionando questões relacionadas à história da ditadura militar e de Vilhena, além dos resquícios que esse período deixou na cidade por meio das ruas que homenageiam os ditadores militares.

Entre história e memória

A história é uma ciência que (re)constrói os fatos do passado através do olhar do presente, com narrativas imagéticas que se baseiam nos indivíduos e trazem uma impressão do tempo (LE GOFF, 2013). Para compreender as representações históricas, é necessário entender o passado como uma reinterpretação do que ocorreu, na qual a imaginação está presente e diretamente ligada à maneira como as memórias serão recordadas. Ou seja, o passado utiliza de suportes do presente para solidificar a sua existência. A ligação entre passado e presente pode ser demarcada como função social, pois é através do hoje que se (re)constitui o que ocorreu.

A história pode ser compreendida segundo duas características, a ciência histórica e os acontecimentos passado (LE GOFF, 2013). A primeira se refere às ações que são realizadas pelo ser humano, que é caracterizada como o fazer científico. A segunda compreende os objetos que estão entre a produção da história e o seu acontecimento, que é realizado através de uma narrativa, sendo então a narração o seu terceiro sentido. A história se torna singular, analisando acontecimentos que ocorreram uma única vez, uma maneira de interpretar o mundo, constituída através de memórias. Ainda assim, nesse processo, é fundamental, por vezes, reparações históricas para se dar espaço para quem foi calado durante períodos da sua constituição, como no caso da ditadura militar brasileira, em que os seus opositores lutaram pela liberdade do país e foram silenciados durante esse período instável social e politicamente.

As noções de tempo e espaço são fundamentais para se observar esses acontecimentos, por conta disso é possível a realização de ajustes em elementos históricos, ao se pontuar os fatos e localizá-los nas recordações. As cidades, por exemplo, estão carregadas de memórias, habitadas por indivíduos formados a partir de sua absorção do mundo. Vilhena foi desenvolvida durante o contexto ditatorial, trazendo em suas marcas o militarismo, como as ruas e a escola que carregam o nome de presidentes ditadores, além de ter em suas principais avenidas homenagens a militares, como Marechal Rondon, Major Amarante e Capitão Castro. As pessoas são uma construção social constante, moldadas de acordo com o caminho que lhes é apresentado; todavia, através das políticas memoriais, é possível realizar homenagens para quem auxiliou no crescimento e na libertação do país, segundo as perspectivas dos vencedores dos combates da narrativa histórica.

Os fatos históricos são direcionados por aqueles que o constituem, orientados pelas crenças e ideologias dos dirigentes de uma nação. Os historiadores evidenciam esses fatos com uma maior aproximação do real, da verdade, porém, por serem agentes dentro da sociedade, são moldados também de acordo com visões ideológicas do mundo. É necessário elucidar o papel do historiador nesse âmbito, sobretudo a sua função na construção, contraposição ou preservação de uma história. Por meio de um conjunto temporal, carregando em relatos, de algum modo, a visão de mundo de quem a narra, a história é contada de diversas perspectivas ao longo tempo e recontada a partir de suas descobertas. Le Goff (2013, p. 11) afirma que “ela só pode ser uma ciência da mudança e da explicação da mudança”.

A história é questionada, evidenciada e recontada, mas dificilmente esquecida quando demarcada. Embora “a melhor prova de que a história é e deve ser uma ciência é o fato de precisar de técnicas, de métodos, e de ser ensinada” (LE GOFF, 2013, p.

87), a atuação do historiador ultrapassa apenas a narração dos fatos, pois, em sua investigação, ele não apenas verifica o que é falso ou verdadeiro, mas avalia os documentos e as memórias com técnicas científicas. Le Goff (2013, p. 39) considera “os historiadores como os principais intérpretes da opinião coletiva, procurando distinguir as suas ideias pessoais da mentalidade coletiva”. Os jornalistas também exercem o papel de narradores históricos, relatando primeiramente os acontecimentos, ainda que estejam destinadas aos historiadores a constituição da história oficial, sobretudo pela cientificidade.

A narrativa da história é realizada de acordo com o local de fala de quem tem possibilidade de ser ouvido, surgindo então a história dos vencedores e dos vencidos; como no caso da ditadura militar, que, mesmo no seu fim, silenciou visões diversas, sem representação da trajetória e luta dos opositores. A história pode ser ainda uma maneira de resistência, narrada nas salas de aula de acordo com o interesse da nação, porém, a importância é dada de acordo com quem está no poder, ficando gravada na concepção social e resistindo ao tempo; ainda assim, para que isso aconteça, é necessário que seja recordada por uma perspectiva divergente.

Os militares acreditam que, após a derrota da esquerda, os militantes se esforçaram para vencer, ao menos no campo das letras – na propagação das memórias e na constituição historiográfica da ditadura militar –, o que perderam na arma. A memória vencedora – dos militantes – possui recordações esquecidas, silenciadas, sendo algumas até contraditórias, embora o principal já tenha sido extraído. Os vencedores das memórias tiveram uma pluralidade de memórias silenciadas e esquecidas, pois, embora publicadas, não foram incorporadas à narrativa histórica oficial.

No caso da ditadura militar, a história ressaltou a memória dos marginalizados e das minorias, opondo-se à memória que normalmente é a oficial, a dos vencedores do embate bélico. Os vencidos têm sua história esquecida, enquanto os vence-

dores perpetuam sua perspectiva. Porém, no caso brasileiro, ocorreu o inverso, no qual se pode verificar o embate, de maneira ampla e geral, de duas perspectivas diferentes: de um lado, os militares procuram o esquecimento e o silenciamento dos fatos, procuram “virar a página”; enquanto os militantes deixam a “cicatriz aberta”, sempre que possível lembrando os acontecimentos dos tempos idos (MARTINS FILHO, 2002; ROLLEMBERG, 2006; SCHMIDT, 2007; TEDESCO, 2012).

Os vencedores buscam esquecer e os vencidos, recordar. Esquecer concilia. Os militares buscam o esquecimento, sobretudo, das torturas, dos assassinatos e da violação dos direitos humanos. Os regimes autoritários e totalitários, normalmente, temem a memória dos vitimados, fazendo com que adotem o máximo de rituais possíveis a fim de criar uma identidade nacional. Com os 50 anos do golpe de 1964, a instalação da Comissão Nacional da Verdade e a proliferação das memórias dos militantes, o esquecer para conciliar dos militares – observado principalmente após a finalização da ditadura – parece ter se modificado. A ordem agora não é mais esquecer, mas mostrar que existem outras perspectivas memorialísticas – não apenas a da esquerda –, como se esses agentes do poder militar não tivessem imposto uma versão da história durante os 21 anos do seu regime autoritário.

Ao remeter a seu povo tradições mantidas ao longo do tempo, a hegemonia preserva sua dominação, agindo na construção do pensamento e do modo de vida, mesmo que costumes populares e hábitos sejam renovados, consolidando um imaginário coletivo que transmita pertencimento aos indivíduos, dentro de ideais estabelecidos. A história se apresenta como uma realidade relatada através do tempo em diferentes narrativas, que acompanha povos distintos e seu posicionamento no mundo, de maneira cultural e ideológica. Ela pode transcender barreiras para deter o etnocentrismo, com o eu e o outro coexistindo no mesmo momento histórico, ainda que permaneçam separados diante de suas

diferenças, concebendo a idealização de uma única história, linear, que ocorreu de uma única maneira perante diferentes povos.

Nora (1993) destaca características da história e da memória como elementos que se distinguem. A história seria sentida através da reconstrução do que não existe mais, de tal forma, “a concepção de história está ligada à ideia civilização” (LE GOFF, 2013, p. 50). A memória estaria ligada à vida, acontecendo a todo instante, em constante transformação, vivendo à beira do esquecimento, vulnerável a manipulações que são realizadas de acordo com a perspectiva de quem a expõe, podendo ser coletiva e individual, plural e singular. Uma representação do passado com o olhar do presente, exigindo um discurso para se concretizar, a história pertenceria a todos e ao mesmo tempo a ninguém. A memória é pertencente ao indivíduo, mesmo as coletivas e sociais.

A memória é uma representação do que ocorreu e, por residir no imaginário de cada indivíduo, pode sofrer alterações recorrentes do espaço e tempo. Pollak (1989) destaca que a memória também entra em conflito com as perspectivas oficiais da história e das memórias individuais e coletivas, sendo preciso o suporte para sua continuação, uma escuta para os silenciados. O mapeamento das ruas e as entrevistas baseadas na memória individual, por exemplo, poderiam ser utilizadas para compreender os saberes de quem habita esses lugares e apresentar uma nova perspectiva da história, especialmente aquela silenciada e com ausência de representações, ainda que isso não tenha se apresentado de fato.

A memória é ideológica, para Nora (1993), carrega os direcionamentos de quem a narra, prescindindo de cientificidade e, por vezes, de objetividade. A impressão sobre o mundo é única para cada pessoa, mas é direcionada de acordo com seu meio, pois “memória e imaginação partilham do mesmo destino” (RICOEUR, 2007, p. 27). Ao ser acionada, a memória pode se transformar, de maneira que

sua veracidade é questionada e pode se perder ao longo do percurso. As sociedades seriam construídas através de pilares solidificados principalmente pela memória, uma vez que “é a memória que dita e a história que escreve” (NORA, 1993, p. 24) e as recordações estão impressas nos hábitos que são transmitidos através de gerações, por isso, “os discursos da vida cotidiana são atribuídos à memória” (RICOEUR, 2007, p. 40).

Memórias e seus lugares

A organização temporal é dividida de maneira social, com as atividades desenvolvidas em momentos estabelecidos, fazendo parte de uma estrutura pré-definida, como a hora de acordar, alimentar, trabalhar, descansar, entre outras ações rotineiras. Os afazeres cotidianos são orquestrados de acordo com o ponteiro do relógio e as suas representações, por exemplo, dos segundos às horas, dos dias aos meses, aos anos e às décadas, através do calendário. “O tempo, concebido como se estendendo ao conjunto dos seres, é apenas uma criação artificial, obtida pela adição, combinação e multiplicação de dados emprestados às durações individuais, e somente a elas” (HALBWACHS, 2006, p. 95). O tempo foi domesticado de acordo com a necessidade e o desejo do ser humano; e a memória é seu elemento constituidor, guiado a interpretar o mundo através de suas recordações, com a sua identidade construída constantemente.

A memória individual, segundo Halbwachs (2006), pode ser moldada de acordo com a coletiva e, em determinados momentos, misturar-se a ela. Como sempre segue seu próprio caminho e singularidade, a memória individual é abrangida pela coletiva, por fazer parte da sua constituição. Mesmo que as sociedades sejam baseadas na singularidade de cada indivíduo e em suas recordações, elas se transformam pelos aspectos coletivos. A memória de uma nação é a mais completa composição de uma memória coletiva, porém, são necessários

pontos de apoio e consenso popular para que ela resista ao tempo. A memória individual é construída através de uma perspectiva coletiva, mudando de acordo com a posição de quem a observa.

A concepção social, todavia, pode ser alterada ao longo do tempo, pois é formada através de fundamentos presentes na geração do sentido, de forma que a “impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros” (HALBWACHS, 2006, p. 25). O coletivo é constituído através do individual, que é moldado conforme a interpretação de mundo de cada um. Ao compartilhar lembranças, os indivíduos se conectam criando laços que os aproximam ou os distanciam. O nome das ruas que homenageiam ditadores militares, por exemplo, desenvolve familiaridade entre os locais e os seus moradores.

A construção da memória individual acontece por meio do coletivo. Halbwachs (2006) destaca que a interpretação do mundo e a percepção de sentido é inerente a cada um. Tentar recordar um fato e não encontrar um caminho é sinal de que não há mais vínculo com as características que produziram esse acontecimento. As lembranças são alteradas de acordo com a interpretação do presente, enquanto as memórias marginalizadas da história nacional são transmitidas informalmente. Para recordá-las, é possível recorrer ao outro, mas a narrativa do momento é particular de cada indivíduo e do direcionamento com o qual enxergou. Deste modo, a lembrança também é constituída no coletivo, porém, a sua interpretação é única a cada um, mesmo que compartilhada. As recordações isoladas são subjugadas e lutam contra o esquecimento.

O esforço da recordação possibilita a reconstrução da memória, o ato de lembrar corrobora o ato de lutar contra o esquecimento, uma vez que o indivíduo é assombrado pelo temor da ausência, motivando-o a recordar. “Lembrar-se de alguma coisa é, de imediato, lembrar-se de si” (RICOEUR, 2007, p. 23). Halbwachs (2006) elucida que lembrar é reedificar o passado, com informações do presente e com o

auxílio da memória do outro. Os elementos duradouros são apresentados como objetos temporais, que acompanham o tempo e possuem longa duração; a “representação presente de uma coisa ausente” (RICOEUR, 2007, p. 27). Sempre que rememorada, uma recordação se transforma e a forma agora em que se é enxergada muda a cada instante e de acordo com a perspectiva em que é observada.

A compreensão da memória é realizada através do tempo, a narrativa constrói o sentimento de pertencimento a uma sociedade, mas também o seu distanciamento. Por não se reconhecer no relato histórico, o indivíduo pode se sentir distanciado. Para Pollak (1989), a fronteira social pode ser solidificada com a divergência ideológica, assim como a narrativa, oferecendo espaço somente aos opressores, calando os oprimidos de tal forma que é solidificado o distanciamento da população e a perpetuação de uma história hegemônica e homogênea, com a ocultação das vítimas e dos seus relatos.

Os períodos históricos que não possuísem marcadores poderiam cair no esquecimento, contudo, como não existe sociedade sem história, mesmo na era primitiva, essas marcas são sempre deixadas, como pinturas rupestres e impressões por onde os povos passaram, com sua origem explicada através de mitos. Ainda assim, nem sempre existem maneiras de se diferenciar e traduzir historicamente caminhos percorridos por povos tão antigos, sendo esquecidos por insuficiência no método investigativo. Le Goff (2013) revela que a negação perante a marcação da história de determinadas culturas foi ocultada dos relatos, por se diferenciar dos modelos convencionalmente aceitos.

As recordações que constroem a memória são caracterizadas de acordo com a fase em que ocorreram. As lembranças da infância, por exemplo, ganham sempre suporte das histórias que são relatadas, pertencendo ao momento de reconhecimento de cada um no mundo como agente transformador, absorvendo os primeiros sentidos e se posicionando. Essas ações são realizadas naturalmente; ao

se presenciar momentos coletivos e individuais de um mesmo fato, no entanto, as memórias são reflexos da individualidade de cada impressão. O modo como cada um se posiciona no mundo e o interpreta reflete a carga histórica presente.

A construção da memória acontece a todo instante, porém, é realizada através do auxílio de outros. Halbwachs (2006) afirma que, com a narrativa realizada, as recordações ganham um cenário e um detalhamento. Uma criança, por exemplo, praticamente não permanece sozinha, quase sempre rodeada de outras pessoas e novas impressões do mundo a cada instante. Cada imagem está relacionada a lembranças, mas é necessário elucidar que a imaginação não é parte da lembrança, porque se remete ao fictício, enquanto acessar a memórias acontece por meio da recordação de algo vivenciado, por si ou por outros. Mesmo que o tempo transforme as lembranças, elas não podem se confundir completamente com a narrativa fictícia, ainda que sofra alterações durante suas rememorações.

O próprio passar do tempo contribui para o esquecimento, por isso, para poder narrar os acontecimentos, é necessário que se tenha um local de escuta. Como a memória hegemônica por vezes é a única reconhecida, outros ângulos da história são colocados à parte da sociedade, com reconhecimento tardio ou, em alguns casos, jamais alcançando isso, ficando à margem da população e sendo acessado apenas por um grupo restrito. Pollak (1989) cita a memória clandestina como aquela perpetuada nos limites das sociedades, como os opositores da ditadura militar fizeram por muitos anos. Mesmo quando reconhecidos, ocupam lugares secundários, em detrimento da evidência que recebem as figuras que conduziram o país ao silenciamento da democracia (MARTINS; MIGOWSKI, 2016). Esses silenciamentos acontecem pelo negligenciamento de espaço e escuta nas narrativas históricas.

Os silêncios da memória podem ser causados também por um trauma (HALBWACHS, 2006). A sociedade se volta aos seus acontecimentos, mas

pode não compreender a dimensão dos fatos submersa na memória; entretanto, apesar de nem tudo ser de fato esquecido, pode-se possuir obstáculos na tentativa de rememoração, como o terror dos acontecimentos, silenciando a vítima que é assombrada ao se recordar. Pollak (1989) afirma que o silenciamento acontece ainda para proteção das vítimas de um acontecimento traumático. Antes de conseguir narrar os fatos, os envolvidos em situações impactantes precisam encontrar uma escuta, para que não recaia sobre os ombros dos oprimidos o sentimento de culpa.

As lembranças aparecem através das alterações do tempo, estando presente nas impressões de determinados objetos, que direcionam a mente a uma situação, ainda que transformações aconteçam no agente que carrega consigo as lembranças. A recordação está presente numa indagação contínua, no momento em que a impressão é executada e que a recordação transita, sendo que “os atos de recordação se produzem quando uma mudança sobrevém após outra” (RICOEUR, 2007, p. 37). Para Le Goff (2013), a morte e a memória estão diretamente relacionadas, sendo pilares formadores das sociedades, como na 2ª Guerra Mundial (1939-1945), quando foram erguidos monumentos aos mortos. A fotografia contribuiu para uma revolução da memória ao capturar o momento e ao guardá-lo na pretensa eternidade de uma foto. A escolha das imagens, contudo, é realizada de acordo com seu sentido de importância, como o álbum de família, que representa a singularidade de um indivíduo, mas que o encaixa também no coletivo.

Como a recordação é a luta contra o esquecimento, alguns não são baseados no apagamento da memória, mas na dificuldade de se encontrar o caminho para seu entendimento e acesso, como os abusos do esquecimento (RICOEUR, 2007). Enquanto se busca encontrar uma memória, quando não silenciada, outras são postas em seu lugar, por exemplo, quando a manipulação da memória, através de uma narrativa, ocorre para beneficiar o relato de quem se está no poder, que transforma a informação que

melhor se encaixa no contexto evocado. A memória oficial muitas vezes não abre espaço para as minorias, que ficam à margem, distanciadas da narrativa nacional, tendo suas histórias ocultas, privilegiando apenas a história oficial e causando o silenciamento e até o esquecimento das perspectivas das vítimas da ditadura militar, por não terem espaço para contar o que houve durante o período. O silêncio, entretanto, pode acontecer pelo trauma e pelo medo de expor seus relatos, por conta das punições e do direcionamento da culpa. Ao não serem ouvidas, essas histórias podem se perder ao longo do tempo.

Quando não há mais um meio de se conectar ao contexto apresentado, os lugares de memória são apresentados e significados. Pelo temor de cair no esquecimento, esses meios de se recordar são elaborados, como as datas históricas e as representações de acontecimentos que serão significados com o olhar do presente, “substituindo uma memória para a herança voltada de sua própria intimidade pela película efêmera da atualidade” (NORA, 1993, p. 8). A diferença entre lugares de memória e de história está na continuação dos fatos, pois a memória acontece através das tradições realizadas cotidianamente, enquanto a história é a junção dos elementos da memória dividida por período. “A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo” (NORA, 1993, p. 9). A existência do lugar de memória é justificada no distanciamento que ocorre entre os indivíduos e as suas ações no mundo, sendo necessário uma referência para se recorrer quando se constitui um acontecimento.

Vilhena não possui realmente lugares de memória constituídos, garantindo espaço para suas narrativas, ainda que existam lugares de preservação da história, como os monumentos, os arquivos públicos e o cemitério. Os lugares de memória devem ser obrigatória e simultaneamente material, simbólico e funcional, coexistindo em diferentes níveis e carregando a simbologia da memória. Os lugares de história são elementos que se abstraem à intenção de memória, enquanto os de memória:

São lugares, com efeito, nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, [...] só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança (NORA, 1993, p. 21-22).

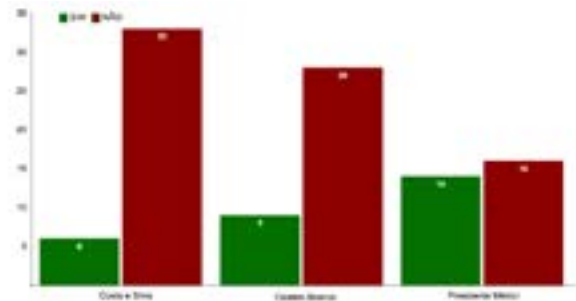
Memórias nas ruas dos ditadores

Para investigar a memória dos habitantes das ruas que homenageiam os ditadores militares em Vilhena, foram realizadas entrevistas com 50% das residências, com base na contagem das moradias, sendo 37 da rua Castelo Branco, 39 da rua Costa e Silva e 30 da rua Presidente Médici. As entrevistas buscaram analisar o conhecimento dos moradores a respeito dos homenageados e da proposta nacional para a alteração do nome das ruas com logradouro dos ditadores militares. Cabe elucidar que se considera, nesta investigação, o conhecimento sobre o homenageado algo mínimo, desde saber que o personagem foi um presidente, um militar ou até mesmo um político brasileiro.

Sobre o conhecimento acerca dos homenageados (ver Gráfico 1), apenas 9 entrevistados da rua Castelo Branco e 6 da rua Costa e Silva confirmaram ciência, enquanto 14 moradores da rua Presidente Médici disseram saber de algo relacionado ao ex-presidente. Mesmo que conheçam o homenageado e o contexto no qual ele se inseriu, muitos utilizam argumentos para defender a ditadura que não encontram eco nos historiadores, como o milagre econômico. Apesar de ter mergulhado o país em dívidas externas e aumentado o fosso entre as classes sociais, houve quem afirmasse que “hoje, a

ditadura não ia ser ruim, não, porque [naquela época] não tinha desemprego, não tinha roubo, [tinha] mais oportunidade para as pessoas”.

Gráfico 1 - Conhecimento sobre o homenageado



Fonte: Elaborado pelos autores

Um entrevistado traz uma perspectiva favorável à ditadura: “eu prefiro que voltasse o regime militar”, enquanto outro, com teor preconceituoso, diz que “não existia tanto viado, não existia tanto esse LGBT. Não tinha tanta corrupção, era um país organizado”, contrariando, por exemplo, a perspectiva de Carlos Fico (2005).

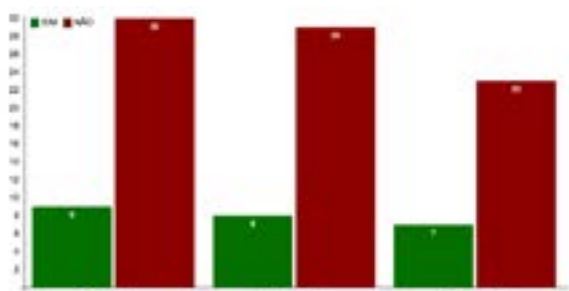
A pesquisa revela o desconhecimento a respeito dos homenageados, com 28 na rua Castelo Branco, 33 na rua Costa e Silva e 16 na rua Presidente Médici, mesmo com o nome desta rua sendo um indicativo. Essa desinformação, por exemplo, reflete, inclusive, numa oposição à mudança: “eu nunca estudei sobre ele, teria que ver porque ele foi tão ruim, eu não sei se isso faz diferença na cidade ter o nome dele na rua”, ou em uma total confusão nas ações históricas, quando se é contra a alteração porque o ditador em questão seria comunista: “é história, mesmo ele sendo comunista, né?”. Há quem, mesmo apresentando conhecimento sobre o período, seja contrário às mudanças:

independentemente do que o regime militar trouxe de consequência e tudo, eu acho que faz parte da nossa história (...) eu sou da opinião favorável à democracia. Acho muito equivocado quando vemos nas redes sociais, quando tem gente que pede a volta do regime militar... eu peguei, no começo da

minha adolescência, o final do regime militar, então, a gente sabe como é não ter a liberdade de dar a nossa opinião. Músicas que a gente houve, com certeza no regime militar não poderia (...) eu não vejo essa necessidade de mudar os nomes das ruas, é um fato histórico, faz parte da nossa história, eu sempre falo que a gente nunca deve esquecer o que aconteceu, até para não se repetir, eu sou dessa opinião. Eu não vejo essa necessidade.

Do total de 106 entrevistados, são favoráveis à mudança do nome do homenageado apenas 8 na rua Castelo Branco, 9 na rua Costa e Silva e 7 na rua Presidente Médici (ver Gráfico 2). Essa reparação, contudo, seria fundamental para libertar a voz de quem já foi calado, conforme percebe um dos entrevistados: “boa iniciativa, não que possa mudar o que houve, mas não vamos continuar a chamar o lugar em que moramos por pessoas tão cruéis com o outro”. A maioria, contudo, se posiciona contrária à alteração, como os 29 na rua Castelo Branco, os 30 na rua Costa e Silva e os 23 na rua Presidente Médici. Quase todos defendem o mesmo, “que o nome não vai influenciar em nada”, enquanto outros são mais diretos: “poderia deixar o presidente malvado mesmo”.

Gráfico 2 – Favorável à mudança do nome da rua



Fonte: Elaborado pelos autores

Na rua Castelo Branco, dos 28 moradores que não conhecem o homenageado, 21 não mudariam o nome. Na rua Costa e Silva, dos 33 que não sabem nada do presidente, 28 preferem manter a homenagem. Na rua Presidente Médici, dos 16 que não conhecem o presidente, 12 não retirariam a homena-

gem. É importante elucidar que os dados são referentes às pessoas que não conhecem os indivíduos que nomeiam a rua em que moram e mesmo assim não concordam com a transformação do seu nome. De acordo com um entrevistado, “eu acho melhor não, apesar de que eu não sei quem foi”. Embora nas ruas Castelo Branco e Presidente Médici a maioria que conhece os homenageados também não deseje a mudança dos nomes, 2/3 dos entrevistados que sabem quem foi o presidente Costa e Silva escolheriam a alteração do homenageado.

Considerações finais

Ao articular conceitos sobre história e memória com aspectos da ditadura militar e seus reflexos em Vilhena, cidade no interior de Rondônia que foi emancipada e se desenvolveu no governo de Ernesto Geisel e de João Figueiredo, neste artigo, foram investigadas as memórias dos moradores das ruas Castelo Branco, Costa e Silva e Presidente Médici. Com a entrevista de 50% dos moradores de cada rua, a pesquisa verificou a memória de 106 pessoas, 37 na rua Castelo Branco, 39 na rua Costa e Silva, 30 na rua Presidente Médici, com a intenção de observar o conhecimento dos moradores sobre os homenageados da sua rua, além da sua opinião acerca da alteração dos nomes.

Durante as entrevistas, foi possível perceber que a maioria não conhece os homenageados que dão nome às ruas que moram, sendo provável que os índices de conhecimento dos moradores da rua Presidente Médici estejam mais equilibrados – com quase 50% para cada lado – porque o próprio logradouro o identifica. De modo geral, é possível observar ainda que a maioria das pessoas é contrária à transformação do nome das ruas, por serem acostumadas com a sua nomenclatura, por não compreender a importância da alteração e por desconhecer o trâmite desse processo.

Com a realização do cruzamento de dados, foi possível notar uma correlação entre os moradores

de todas as ruas, sendo que a maioria desconhece o homenageado e mesmo assim deseja a manutenção do seu nome. Enquanto a maioria dos entrevistados, nas ruas Castelo Branco e Presidente Médici, que sabe quem foram estes presidentes também não alteraria o nome da rua, os resultados na rua Costa e Silva demonstram uma diferença, com 2/3 dos entrevistados que conhecem o presidente esboçando um desejo pela alteração na sua nomenclatura.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia (Orgs.). *O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 343-425.

FICO, Carlos. *O regime militar no Brasil (1964/1985)*. São Paulo: Saraiva, 2005.

HALBWACHS, Michel. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: Unicamp, 2013.

MARTINS, Allysson; MIGOWSKI, Ana. Ditadura militar brasileira e novas formas cartográficas: memórias coletivas e mapas digitais colaborativos. In: ARAUJO, Denize Araujo; MORETTIN, Eduardo; REIA-BAPTISTA, Vitor (Orgs.). *Ditaduras revisitadas: cartografias, memórias e representações audiovisuais*. Eletrônico: Suporte, 2016, p. 383-402.

MARTINS FILHO, João. A guerra da memória. A ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. *Varia História*, n. 28, p. 178-201, 2002.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, n. 10, p. 7-28, 1993.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Lucas. Presidentes da ditadura militar dão nome a mais de 700 escolas. *UOL*, São Paulo, 15 abr. 2014. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2014/04/15/presidentes-da-ditadura-militar-dao-nome-a-mais-de-700-escolas.htm>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João. (Org.). *O golpe de 1964 e o regime militar*. São Carlos: UFSCar, 2006. p. 81-91.

SCHMIDT, Benito. Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964 quarenta anos depois. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 14, n. 26, p. 127-156, 2007.

TEDESCO, João. Memórias em batalhas: dimensão política da memória. *Cadernos do CEOM*, ano 25, n. 34, p. 15-44, 2012.

Allysson Viana Martins – Professor de Jornalismo e coordenador do Grupo de Pesquisa em Espaços e Temporalidades Comunicacionais (COMtatos) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: allyssonviana@unir.br

Khauane Oliveira Farias – Estudante de Jornalismo da Universidade Federal de Rondônia. Integrou o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) de 2016 até 2018. E-mail: khauane.99@gmail.com

Recebido: 28 nov. 2018

Aprovado: 16 dez. 2018

